

Fostering Intergenerational Entrepreneurship Project



Recomendações de Políticas Públicas



This publication is supported by the European Union Programme for Employment and Social Solidarity - PROGRESS (2007-2013). This Programme is implemented by the European Commission. It was established to financially support the implementation of the objectives of the European Union in the employment, social affairs and equal opportunities area, and thereby contribute to the achievement of the Europe 2020 Strategy goals in these fields. The seven-year Programme targets all stakeholders who can help shape the development of appropriate and effective employment and social legislation and policies, across the EU-28, EFTA/EEA and EU candidate and pre-candidate countries. For more information see: <http://ec.europa.eu/progress>. The information contained in this publication does not necessarily reflect the position or opinion of the European Commission.

INFORMAÇÃO TÉCNICA

TÍTULO

Recomendações de Políticas Públicas

AUTOR

DEES - Departamento de Empreendedorismo e Economia Social da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Morada: Largo Trindade Coelho, Lisboa

DESIGN

Direção de Comunicação e Marketing da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

DATA

Janeiro 2016

Índice

1. Enquadramento	4
2. Evidências.....	5
3. Recomendações de Políticas Públicas.....	12
3.1 Ao nível do desemprego de jovens e seniores qualificados.....	12
3.2 Ao nível dos programas de empreendedorismo inclusivo (para desempregados).....	13
3.3 Ao nível da intergeracionalidade no empreendedorismo.....	14
3.4 Ao nível do Fostering Intergenerational Entrepreneurship Project (UAW).....	15
3.5 Ao nível de novos incentivos.....	18
4. Conclusão.....	20

1. Enquadramento

1.ENQUADRAMENTO

Fostering Intergenerational Entrepreneurship foi um projeto de experimentação social promovido pela Santa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e cofinanciado pela Comissão Europeia através do Programa Europeu para o Emprego e Solidariedade Social PROGRESS (2007-2013). Esta experimentação social pretendeu verificar a necessidade, viabilidade e eficácia de uma política pública de integração na vida ativa de jovens e seniores desempregados, através do empreendedorismo.

O Projeto decorreu durante 2 anos, entre 31 de outubro de 2013 e 30 de outubro de 2015, e foi constituído por 3 fases operacionais antecedidas de uma fase de preparação:

- 1 – Debate Público: destinada a estimular o interesse do público em geral, mobilizar o público-alvo para o processo de candidaturas e selecionar jovens e seniores.
- 2- Programa de Empreendedorismo Intergeracional: destinada a facilitar a constituição de equipas intergeracionais, capacitar os participantes e as equipas para o desenvolvimento de projetos de negócio e apoiar os projetos no processo de lançamento dos seus produtos e serviços.
- 3- Disseminação: destinada a garantir a divulgação do Projeto e a partilha de boas práticas e resultados.



2. EVIDÊNCIAS

O desemprego apresenta-se como um dos flagelos da sociedade atual em resultado da crise económica e financeira que abalou o mundo em 2009 e cujas consequências se têm feito sentir até ao presente. Em 2009, a União Europeia assistia a uma contração da economia de 4,4%. Portugal acompanhou a tendência, e no mesmo ano o seu PIB (Produto Interno Bruto) registou uma quebra de 3%. Em 2010 houve uma reversão, tendo a economia do país registado um crescimento de 1,9%, no entanto, nos três anos seguintes assistiu-se a uma perda do PIB de 1,8%, 4% e 1,6%, respetivamente.¹

A recessão foi assim acompanhada por um aumento, sem precedentes, da taxa de desemprego, que escalou de 7,6% em 2008 para 16,2% em 2013. Com a revigoração da economia Portuguesa em 2014, também a taxa de desemprego caiu para 13,8%. De acordo com as previsões do FMI é expectável que a taxa de desemprego mantenha a tendência de queda nos próximos anos, atingindo, em 2020, os 10,8%.² De qualquer modo, apesar de na União Europeia se ter verificado, nos anos em análise, a mesma tendência que em Portugal, comparando a taxa de desemprego de Portugal com as taxas de desemprego dos restantes países da União Europeia, constata-se que em Portugal, em Maio de 2015, observava-se uma das mais elevadas taxas de desemprego.

O desemprego afetou todos os segmentos da população, em particular os mais jovens (<25 anos) e seniores (55-64), visto serem os segmentos que registaram as maiores variações na taxa de desemprego. Entre 2008 e 2014 a taxa de desemprego jovem aumentou 108%, tendo atingido o seu pico em 2013 com 38,1%. Por sua vez, a taxa de desemprego sénior aumentou 105%,

¹ Fundação Francisco Manuel dos Santos – Pordata: Taxa de crescimento do PIB. Julho 2015.

² Fundo Monetário Internacional – World Economic Outlook Database: Taxa de desemprego. Abril 2015.

tendo, à semelhança do sucedido com o segmento jovem, atingido o seu auge em 2013, nos 13,7%.³

No que concerne o nível de escolaridade, o segmento da população mais qualificado foi altamente afetado. Em 2008 a taxa de desemprego dos indivíduos com nível de escolaridade “superior” situava-se nos 6,8%, tendo, durante os anos de recessão económica aumentado e atingido o seu pico em 2013 nos 12,6%. Em 2014, acompanhando a tendência da taxa de desemprego total, a taxa de desemprego dos indivíduos com nível de escolaridade “superior” diminuiu para 10%. De qualquer modo, entre 2008 e 2014 registou-se uma variação de 47% na taxa de desemprego deste segmento da população.⁴

A situação dramática de desemprego acarreta graves consequências sociais, entre elas: a diminuição do rendimento disponível, a degradação da situação socioeconómica das famílias, a dificuldade de reinserção no mercado de trabalho e o aumento da exclusão social. A emigração surge, assim, especialmente para o segmento da população mais qualificado e naturalmente com maior probabilidade de sucesso no exterior, como uma solução para a situação de desemprego, em particular quando falamos de um mundo cada vez mais globalizado.

Segundo dados da OCDE, já antes da crise económico-financeira, cerca de 20% da população Portuguesa com um nível de escolaridade superior trabalhava no estrangeiro, o que coloca Portugal no top dos 25 países com maior *fuga de cérebros*. O fenómeno de *fuga de cérebros* tem elevados custos para o país, já que o capital humano é indispensável à inovação, aumento da competitividade e crescimento da economia.

Deste modo, o combate ao desemprego está na ordem do dia da agenda política da União Europeia.

A Estratégia Europa 2020, aprovada pelo Conselho Europeu em 2010, lançou uma nova estratégia para o emprego e o crescimento baseada numa maior coordenação das políticas económicas. Entre as várias metas definidas para os estados-membros no âmbito desta estratégia, destacam-se o alcance de uma taxa de emprego de 75% entre a população entre os

³ Fundação Francisco Manuel dos Santos – Pordata: Taxa de desemprego: total e por grupo etário. Julho 2015.

⁴ Fundação Francisco Manuel dos Santos – Pordata: Taxa de desemprego: total e por nível de escolaridade. Julho 2015.

20 e os 64 anos (em 2013 a taxa em Portugal era de 65,6%) e a redução do número de pessoas em risco de exclusão social e pobreza em 200.000 indivíduos.⁵

Vários programas têm sido criados para atingir estes objetivos. O caso do *EaSI*, Programa da União Europeia para o Emprego e Inovação, é um instrumento de financiamento da UE que suporta três eixos: a modernização das políticas sociais e de emprego; mobilidade profissional; acesso ao microcrédito e empreendedorismo social.⁶

Com vista ao combate do desemprego jovem, que como referido anteriormente surge como um dos segmentos mais afetados pelo flagelo do desemprego, devido, em particular, à falta de experiência profissional e à desadequação entre as suas competências e as ofertas de trabalho, foi elaborada a Recomendação Europeia da *Garantia Jovem*. A Recomendação visa que cada Estado-membro assegure que todos os jovens até aos 25 anos que saem com qualificações do sistema de ensino/formação recebam uma oferta de qualidade, seja de emprego, de formação contínua, de aprendizagem ou estágio, no prazo de quatro meses após ficarem desempregados ou saírem da educação formal. Esta medida contribui para a atenuação das dificuldades estruturais presentes na fase de transição, favorecendo, assim, a empregabilidade e desincentivando à emigração dos mais jovens.⁷

O desemprego do segmento sénior tem ganho, também, especial relevância no que concerne as políticas públicas. Aos 55-64 anos o indivíduo encontra-se na chamada segunda metade da sua carreira profissional. Esta fase é muitas vezes associada a uma crença de declínio de capacidades e competências, pelo que indivíduos que nesta fase da vida fiquem em situação de desemprego têm grande dificuldade em voltar ao mercado de trabalho.

A evolução demográfica, nomeadamente, a baixa natalidade e o aumento da esperança de vida, tem conduzido ao crescente envelhecimento da população com conseqüente aumento de pressão ao nível dos sistemas de proteção social. As preocupações crescentes com as conseqüências financeiras e económicas de uma população em envelhecimento têm ativado a discussão em torno do aumento da participação de seniores e idosos no mercado de trabalho.

⁵ Comissão Europeia (2010). Europa 2020 – Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

⁶ Parlamento e Comissão Europeia. (2013). Regulação (EU) Nr. 1296/2013: Programa da União Europeia para o Emprego e Inovação Social (“EaSI”) e emenda decisão Nr. 283/2010/EU estabelecendo um instrumento de microfinanciamento Europeu para o Emprego e Inclusão Social.

⁷ Governo de Portugal. (2014). Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020.

Tendo presente esta realidade, o projeto *United at Work* surge com o objetivo de analisar a oportunidade, importância e adequabilidade de promover projetos de empreendedorismo intergeracional como forma de combater o problema emergente na sociedade portuguesa do desemprego jovem e sénior altamente qualificado. Outro objetivo do projeto era o combate à exclusão social de jovens e seniores desempregados e assegurar a sua integração conjunta na vida ativa.

O empreendedorismo é um motor para a economia. Em 2006 a Comissão Europeia recomendava que todos os estados membros da UE integrassem o Empreendedorismo no currículo escolar em todos os níveis de ensino, reconhecendo a importância do empreendedorismo como promotor do crescimento económico.⁸

Reconhecendo as potencialidades da junção de indivíduos de diferentes gerações e com vista à promoção de solidariedade entre os mesmos, um relatório do Parlamento Europeu de 2010 apelava a iniciativas específicas que promovessem a constituição de equipas intergeracionais para o processo de trabalho, e sugeria que as empresas que conduzissem essas iniciativas deveriam ser apoiadas e que os projetos de elevado mérito deveriam ser reconhecidos.⁹

De acordo com Kureka & Rachwa (2011), a União Europeia deveria reforçar a solidariedade Intergeracional através da sensibilização para a contribuição dos seniores para a sociedade, e através do desenvolvimento de atitudes empreendedoras entre os seniores, as quais poderiam ajudar a mobilizar todo o potencial deste segmento da população, na maioria das vezes não utilizado.¹⁰

O *Global Entrepreneurship Monitor* destaca a importância de os decisores políticos aproveitarem o potencial empreendedor de cada um dos segmentos, jovem e senior. Assim, salientava que se por um lado os jovens têm novas ideias, nascem já ligados às novas tecnologias e têm, em princípio, um nível de educação superior às gerações anteriores, os seniores têm a experiência de uma vida e contactos acumulados ao longo das suas longas carreiras.¹¹

⁸ Comissão Europeia. (2006). Aplicar o Programa Comunitário de Lisboa: Promover o espírito empreendedor através do ensino e da aprendizagem.

⁹ Parlamento Europeu. (2010). Relatório sobre os desafios demográficos e solidariedade entre gerações

¹⁰ Kureka, S., Rachw, T. (2011). Desenvolvimento do empreendedorismo em populações envelhecidas da União Europeia. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*. Volume 19, 2011, Páginas 397-405.

¹¹ GEM. (2010). *Global Entrepreneurship Monitor – 2010 Relatório Global*.

O projeto UAW não pretende avaliar as atuais políticas de emprego, mas sim experimentar uma nova solução de política ativa de emprego para um problema crescente em Portugal. Deste modo, através do projeto UAW, tornou-se claro o potencial de juntar ambas as gerações para criar novas oportunidades de emprego, através da constituição de novas empresas, onde seniores e jovens fossem vistos como iguais, contribuindo, assim, para a redução da exclusão social.

Portugal tem claramente registado uma mudança de atitude em relação à abordagem com que olha para as questões do empreendedorismo. Tendo em conta alguns estudos realizados pela Global Entrepreneurship Monitor, a população adulta portuguesa classificada como empreendedora tem aumentado nos últimos anos. Se em 2004 4% desta população era assim classificada, em 2012 chegou aos 7,7%.¹² Em 2013, e segundo os dados do Amway Global Entrepreneurship Report, 61% dos portugueses inquiridos via o empreendedorismo como positivo e 32% admitia a possibilidade de criação de um negócio. Pese embora o aumento da taxa da atividade empreendedora e a perceção sobre a mesma, os portugueses ainda sentem fortes constrangimentos na iniciação e continuidade de tais atividades. São duas as principais causas da quebra de intenção empreendedora da população portuguesa, a crise económica e a elevada aversão ao risco da sua população. Alguns dos medos apontados são os encargos financeiros (41%), a crise económica (31%), ou o desemprego (15%), desilusão pessoal/perda de autoestima (14%), ser forçado a assumir toda a responsabilidade (13%), desilusão e perda da família (9%), ou perda de reputação junto dos amigos, colegas e parceiros de negócio (6%). Por estes resultados percebe-se claramente que para além do risco ter um cariz económico, ele assume em grande medida uma forte pressão social sobre o fracasso.¹³

Em Portugal a faixa etária entre os 25 e os 34 anos é a que regista a maior TAE¹⁴ (11,9%), e o nível de escolaridade onde se regista a maior incidência de atividade empreendedora corresponde ao nível de formação pós-graduada, isto é, são os detentores de mestrado ou doutoramento os mais propensos a tornarem-se empreendedores (TEA de 14,8% para a população detentora desse nível de escolaridade).

¹² Empreendedorismo acima dos 45 anos, um olhar sobre Portugal. 2014. www.ifdep.pt

¹³ Relatório Global de Empreendedorismo 2013 foi conduzido pela Amway Europe, em cooperação com o Instituto de Estratégia, Tecnologia e Organização da Universidade de Munique e com o apoio da consultora GfK (Research) de Nuremberga.

¹⁴ Taxa de Atividade Empreendedora

Segundo uma sondagem realizada a especialistas nacionais pelo instrumento metodológico de recolha de informação do GEM, foi possível traçar um panorama qualitativo das Condições Estruturais do Empreendedorismo (CEE) em Portugal.

A condição estrutural “Acesso a Infraestruturas Físicas” foi a que obteve a apreciação mais positiva por parte dos especialistas, que destacam a generalidade da infraestrutura existente no país como um fator facilitador do empreendedorismo; a condição estrutural “Apoio Financeiro” recebeu uma classificação média no limiar do positivo, em 2013, com os especialistas a melhorarem consideravelmente a sua opinião em relação a 2012 e a avaliarem positivamente a existência de subsídios públicos e capital de risco; a condição estrutural “Políticas Governamentais” foi a que registou a apreciação menos favorável por parte dos especialistas, que apontam como principais obstáculos ao fomento da atividade empreendedora no país a existência de um excesso de burocracia e de carga fiscal. As avaliações mais recentes medidas “Políticas Governamentais”, particularmente em 2012 e 2013, foram especialmente penalizadoras para uma condição estrutural já tipicamente mal avaliada¹⁵.

No atual momento, e sob um Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF)¹⁶ o discurso político vai no sentido do empreendedorismo ser parte da solução para resolver o problema do desemprego. Ao longo dos últimos anos têm sido desenvolvidos alguns programas de empreendedorismo, nomeadamente dentro das políticas activas de emprego.

Em Portugal, o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) tem promovido o empreendedorismo junto de pessoas desempregadas, através da criação de micro empresas como forma de ultrapassar situações de desemprego. Existem também alguns apoios ao empreendedorismo e à criação de empresas de base tecnológica com vista ao aumento da competitividade nacional através dos sistemas de incentivos às empresas do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), o Passaporte para o Empreendedorismo¹⁷ para jovens empreendedores qualificados, com licenciatura ou detentores de mestrado ou doutoramento,

¹⁵ GEM PORTUGAL 2013 | 2004-2013: Uma Década de Empreendedorismo em Portugal

¹⁶ O Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) acordado em maio de 2011, entre as autoridades portuguesas, a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Concretizou-se num Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica, com a Comissão Europeia, e Memorando de Políticas Económicas e Financeiras, com o FMI). O PAEF assentou em três pilares: consolidação orçamental, estabilidade do sistema financeiro e transformação estrutural da economia portuguesa. <http://www.bportugal.pt/ptpt/estabilidadefinanceira/aestabilidadefinanceirapaef/oprogramaassistenciafinanceiraportugal/Paginas/inicio.aspx>

¹⁷ <http://www.impulsojovempportugal.pt/passaporte-para-o-empreendedorismo/201.htm>

ou o CoopJovem¹⁸ para jovens entre 18 e 30 anos que pretendam constituir uma cooperativa, ou entre 18 e 40 anos para criação de cooperativas agrícolas. Estes são apenas alguns exemplos de medidas estatais em vigor, mas coexistem bastante mais, isto porque o desemprego deixou de ter um padrão e passou a ser transversal no mercado de trabalho nacional. Nessa medida proliferam um conjunto de modalidades de apoio de promoção do autoemprego.

Para a população sénior não existem programas de empreendedorismo específicos, ainda que esta população revele um conjunto de fatores decisivos para o sucesso das suas iniciativas empreendedoras. Alguns estudos apontam os seguintes: Educação e Experiência - esta investigação aponta para o aumento da probabilidade de alguém se tornar empreendedor e de essas iniciativas serem bem-sucedidas. O empreendedor conhece melhor o mercado, os melhores métodos ou tecnologia; Capacidade Financeira - começar um negócio requer investimento inicial, seja através de capital próprio ou de outras formas de financiamento. Este fator pode ser assegurado por pessoas mais velhas, e por norma em melhor situação financeira; Networking – o empreendedorismo implica uma diversidade de contatos desde clientes, parceiros, investidores, entidades do sistema financeiro, fornecedores; Investigação e Pesquisa – a pesquisa faz parte do empreendedorismo, que tem na sua base a criação de algo novo. Empreender após os 45 anos traz, em muitos casos, a vantagem da ideia de negócio estar mais sólida, ter tido tempo suficiente de maturação e planeamento de todo o processo empreendedor.¹⁹

Em regra, os programas de empreendedorismo existentes a que esta população pode concorrer estão em pé de igualdade com a generalidade da população, nomeadamente para a população desempregada deverão ser beneficiários das prestações de desemprego e apresentarem um projeto que origine pelo menos a criação do seu emprego.²⁰

¹⁸ Portaria n.º 432-E/2012 de 31 Dezembro. Medida no âmbito do Programa Impulso Jovem. Fonte: <http://www.impulsojovemportugal.pt/coopjovem/204.htm>

¹⁹ IFDEP Research, 2015

²⁰ <https://www.iefp.pt/empreendedorismo>

3. Recomendações de Políticas Públicas

3. RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

3.1 Ao nível do desemprego de jovens e seniores qualificados

O panorama das taxas de desemprego destes segmentos da população, que fundamentou a escolha do público-alvo do projeto, esboçou uma tendência de mudança a partir de 2014. No entanto, a especificidade e consequências deste tipo de desemprego mantêm-se atuais e gravosas: o *mismatch* de competências, que se caracteriza pelo desajustamento entre as competências disponíveis e as exigidas pelo mercado de trabalho e conduz à procura de ocupações em áreas diferentes da área de formação, de competência ou da experiência profissional; e a emigração e consequente fuga de talentos.

É necessário continuar a promover o conhecimento sobre as consequências do desemprego qualificado. Este debate pode ocorrer através de investigações científicas bem como através do desenvolvimento de iniciativas específicas para a inclusão destes grupos-alvo, principalmente para combater o estigma social do desemprego sénior.

É imprescindível incentivar e apoiar claramente a reintegração profissional dos seniores qualificados, nomeadamente através do empreendedorismo. O empreendedorismo sénior é uma alternativa vantajosa para o regresso ou prolongamento da vida ativa porque providencia rendimentos económicos e simultaneamente favorece o envelhecimento ativo. Devem também ser favorecidos os ajustamentos na oferta disponível no mercado de trabalho, nomeadamente, o desenvolvimento de funções e espaços de trabalho *age-friendly* de modo a beneficiar do potencial de experiência e competências dos seniores.

É necessário facilitar o processo de transição dos jovens da vida académica para a vida ativa, dotando-os de competências (*softskills*) e experiências significativas do ponto de vista profissional. As qualificações académicas podem ser valorizadas e aplicadas em estágios ou

noutras experiências de aproximação ao mercado de trabalho que incluam o contacto com seniores.

3.2 Ao nível dos programas de empreendedorismo inclusivo (para desempregados)

A utilidade dos programas de apoio ao empreendedorismo dirigidos a desempregados revela-se principalmente na capacitação e desenvolvimento de competências ao nível pessoal e profissional. Os critérios de avaliação de um programa deste tipo não podem ser medidos pelo sucesso ou insucesso dos projetos de negócio mas pela ativação e aquisição de competências para a integração na vida ativa. Os fatores de sucesso dos projetos de negócio, no empreendedorismo inclusivo ou em qualquer tipo de empreendedorismo, relevam da dinâmica de mercado e do capital financeiro que condicionam o impacto e a escala destes programas no combate ao desemprego.

Na conceção e implementação de programas de empreendedorismo inclusivo é necessário:

- Avaliar o perfil empreendedor dos candidatos desempregados. A criação do autoemprego através do empreendedorismo não é uma resposta massiva nem adequada para todos os desempregados. A seleção dos candidatos deve ter em conta a motivação (interna) para a criação de um negócio e não a motivação (externa) para resolver a situação de desemprego.
- Definir apoios específicos, nomeadamente ao nível material e/ou financeiro para os participantes neste tipo de programas, atendendo à sua situação e fragilidade socioeconómica. Estes apoios, sob o tipo de bolsas de subsistência ou de bens e serviços, devem ser ajustados à dimensão e duração dos programas e adequados à situação individual de cada participante.
- A capacitação deve ser ajustada à avaliação inicial das competências empreendedoras dos candidatos. O programa deve ser flexível e adaptado ao nível dos conteúdos técnico-científicos e privilegiar o acompanhamento individualizado de cada projeto de negócio. Neste sentido, devem ser incentivadas as redes de mentoring e o networking.

- Promover o desenvolvimento de comunidades empresariais ou redes de negócios constituídas pelo conjunto de projetos / start ups desenvolvidas no âmbito do programa que permitam a criação de sinergias, a troca de serviços e produtos e a partilha de experiências.
- Prever as possibilidades de financiamento dos projetos de negócio, nomeadamente através de condições mais vantajosas de acesso ao crédito bancário, a atribuição de um capital semente (por exemplo, através da responsabilidade social corporativa) ou incentivos à entrada de capital de risco ou à participação de *business angels*.
- Facilitar a constituição de empresas / negócios por desempregados, atribuindo-lhes temporariamente um conjunto de condições particulares ao nível formal (designação, requisitos e normas, fiscalidade).

3.3 Ao nível da intergeracionalidade no empreendedorismo

A utilidade e benefícios das relações intergeracionais, reconhecidos sobretudo no domínio das políticas sociais, refletem-se igualmente no âmbito do empreendedorismo pelo potencial de ativação e complementaridade das competências de jovens e seniores. Os programas de empreendedorismo intergeracional são instrumentos importantes para o desenvolvimento da solidariedade entre gerações e promoção da coesão social.

O apoio ao empreendedorismo intergeracional deve ter em conta:

- As relações intergeracionais, nomeadamente nas equipas que desenvolvem projetos de negócio, devem resultar de uma intenção prévia dos participantes individuais. Nesse sentido, as equipas intergeracionais devem ser constituídas voluntariamente antes de integrarem um programa.
- A capacitação deve permitir o desenvolvimento das relações intergeracionais tendo em vista o conhecimento mútuo e a troca e partilha de experiências. A aprendizagem intergeracional é em si mesma uma componente da capacitação que deve ser incentivada e apoiada através de espaços e atividades específicas.

- As práticas intergeracionais no âmbito do empreendedorismo não se esgotam na criação conjunta de empresas por jovens e seniores. Os programas de apoio ao empreendedorismo intergeracional podem proporcionar vantagens aos seniores que exerçam tutoria ou *mentoring* a jovens empreendedores ou qualificar e certificar os seniores como investidores ou *business angels* de jovens empreendedores.
- O empreendedorismo intergeracional como ferramenta para a criação de empresas (não familiares) deve ser explorado e testado no domínio dos negócios tradicionais sem os constrangimentos da situação de desemprego. Só deste modo e a esta escala se poderão confirmar ou não os benefícios da intergeracionalidade na criação de empresas.

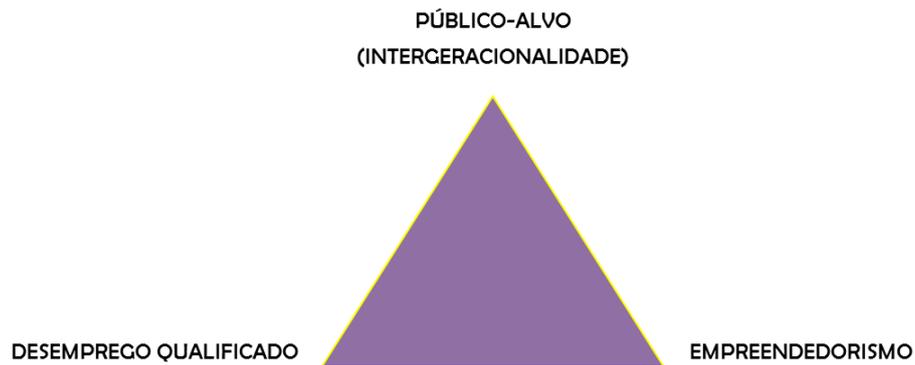
3.4 Ao nível do Fostering Intergenerational Entrepreneurship Project (UAW):

Replicação do modelo

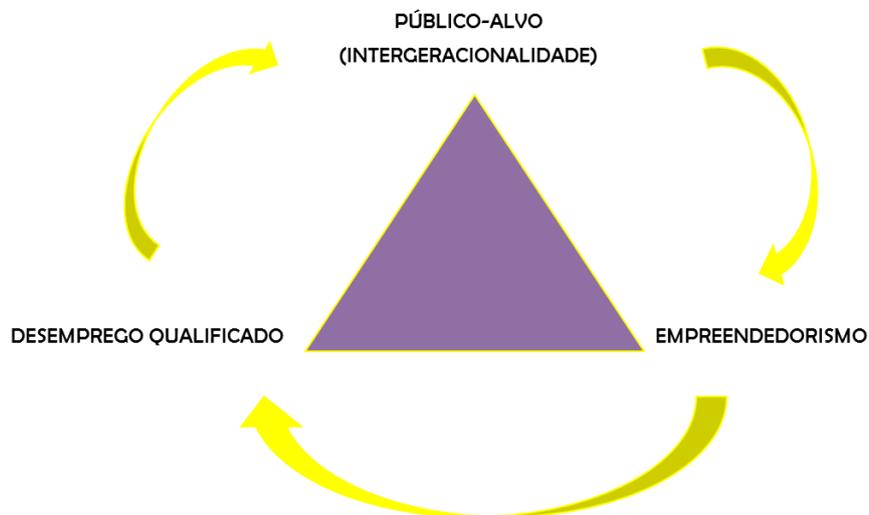
Da experiência adquirida no decorrer do Projeto, principalmente, durante a segunda fase operacional, isto é, durante o Programa de Empreendedorismo Intergeracional, considera-se que através das recomendações indicadas nos pontos anteriores, bem como através de uma política de incentivos fiscais destinada a apoiar projetos de empreendedorismo desenvolvidos por desempregados, concluímos que poderá ser pertinente uma réplica do Projeto, como uma das respostas possíveis para o problema do desemprego, combinando sempre o empreendedorismo com a intergeracionalidade, e para o mesmo público-alvo (jovens e seniores qualificados).

O modelo do Projeto a replicar teria como pilares: o desemprego qualificado; o público-alvo (expressando a intergeracionalidade através das 2 faixas etárias mais fragilizadas); e o empreendedorismo (para novos projetos de negócio).

Pilares do Modelo do Projeto a Replicar



Conceptualmente o Modelo do Projeto a Replicar permitiria desenvolver uma interação dinâmica entre os 3 pilares durante o período do Projeto culminado na criação de novos negócios, à semelhança do que se verificou no Fostering Intergenerational Entrepreneurship Project (UAW).



Partindo da problemática do desemprego qualificado (pilar1) identificam-se as 2 faixas etárias que consideramos mais problemáticas e que se consubstanciam no público-alvo já identificado (pilar2), o que combinado com a intergeracionalidade em projetos de empreendedorismo (pilar3) irá gerar novas respostas.

O Modelo do Projeto a Replicar teria uma duração menor: seria efetuado durante o período de 1 ano. Esta redução do período do Modelo do Projeto a Replicar deve-se aos projetos se candidatarem em equipas intergeracionais já previamente formadas (pertencentes ao público-alvo indicado no modelo), contrariamente ao que aconteceu no Fostering Intergenerational Entrepreneurship Project (UAW), onde os candidatos não se conheciam entre si. O Modelo de Projeto a Replicar proposto seria igualmente dividido em 3 Fases:

Fase 1- Debate Público cm mobilização do público-alvo;

Fase 2 – Desenvolvimento do Programa de Empreendedorismo Intergeracional;

Fase 3 – Avaliação e disseminação.

Fases do Modelo de Projeto a Replicar



3.5 Ao nível de novos incentivos

Através do contacto diário com as Equipas dos Projetos finalistas e que chegaram ao fim da 2ª Fase do Programa de Empreendedorismo Intergeracional verificou-se que muitos dos empreendedores não evoluíram para a constituição legal e formal do negócio, única e exclusivamente por questões económicas, e dado o cumprimento das obrigações financeiras e fiscais em confronto com a necessidade de financiamento obrigarem a um esforço acrescido pela situação de desemprego dos seus promotores.

Considerando que o público-alvo do Projeto são os desempregados em 2 das faixas etárias muito fragilizadas no acesso ao mercado de trabalho, e não tendo a maioria, qualquer fonte de rendimento, a implementação do projeto de negócio constitui um problema logo à partida.

Face a esta questão, referenciada pela maioria dos empreendedores finalistas, em situação de desemprego, recomenda-se a criação de um programa de incentivos a nível europeu para de projetos de empreendedorismo a desenvolver por equipas intergeracionais pertencentes ao público-alvo referenciado. Este programa de incentivos teria em consideração um período inicial de, entre 1 a 3 anos, com redução das taxas legais aplicáveis, das obrigações fiscais e outros custos essenciais à criação do negócio, em cada Estado-Membro, por exemplo:

- Redução da taxa de Iva a devolver ao Estado; Redução da taxa sobre lucros; Pacote de categorias de custos elegíveis para bens/produtos/seviços necessários ao funcionamento do negócio (custos com constituição da empresa, computadores, impressoras, telemóveis, rendas de imóveis, eletricidade, água, entre outros.

O objetivo seria a criação de um programa específico de incentivos, destinado a desempregados qualificados, jovens e seniors, com projetos de empreendedorismo constituídos por equipas intergeracionais e destinado a diminuir a carga fiscal e os custos iniciais de arranque do projeto de negócio.

Este programa permitiria alavancar negócios resultantes de projetos de empreendedorismo inetergeracional, apoiando desempregados qualificados de ambas as gerações, contribuindo para a inserção social e desenvolvimento económico.

4. Conclusão

4. CONCLUSÃO

De acordo com as recomendações apresentadas concluímos pela necessidade e importância de desenvolver novos mecanismos de apoio financeiro para facilitação de projetos de empreendedorismo a desenvolver por desempregados qualificados nomeadamente às 2 faixas etárias que constituíram o público-alvo do Fostering Intergenerational Entrepreneurship Project.

Este tipo de incentivos irá gerar a criação de emprego através da atividade económica e deste modo o investimento dos Estados-Membros numa política de incentivos a empresas resultantes de programas de empreendedorismo inclusivo terá certamente um retorno significativo, uma vez que podemos estar perante uma solução para resolver o flagelo do desemprego no contexto europeu, nos jovens e seniores altamente qualificadas.